RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 134/92

REGULA A CONCESSÃO, PAGAMENTO E ALTERAÇÕES DE FÉRIAS E ADIANTAMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em Sessão Administrativa hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz SEVERINO MARCONDES MEIRA, presentes os Excelentíssimos Senhores Juizes ALUÍSIO RODRIGUES, GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO, GIL BRANDÃO LIBÂNIO, RUY BEZERRA CAVALCANTI JÚNIOR, Classista Representante dos Empregadores e JOSÉ DIONÍZIO DE OLIVEIRA, Classista Representante dos Empregados,

R E S O L V E U

Artigo 1º - As concessões, alterações e pagamento de férias e antecipação de 50% da gratificação natalina dos servidores pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal deste tribunal, requisitados ou exercentes de cargos comissionados, passam a ser regulamentados pelo disposto na presente Resolução.

§ 1º - Os servidores de que trata o "caput" deste artigo só farão "jus" a concessão do primeiro período de férias após completarem 12 (doze) meses de efetivo exercício neste Regional.

§ 2º - Aos servidores requisitados, não ocupantes de cargos comissionados, extraordinariamente, e para evitar prescrição do direito, poderão utilizar férias sem observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior, devendo, para tanto, solicitar a concessão de férias ao Presidente do Tribunal, Instruindo o requerimento com documento hábil a comprovação de que a não utilização de férias importará em prescrição, ou ensejara o pagamento em dobro pelo órgão de origem.

§ 3º - O prazo estabelecido no § 1º deste artigo não se aplica aos servidores efetivos que tenham vindo transferidos.

Artigo 2º - As férias deverão ser marcadas em escala elaborada pelo Diretor a que estiver subordinado o servidor e encaminhada à Secretaria de Pessoal, até o dia 15 de novembro de cada ano, para homologação pela Presidência do tribunal.

Artigo 3º - Todos os servidores de que trata o artº 1º , obrigatoriamente, deverão indicar

no formulário de previsão de férias - escala de férias - o período de utilização a que tiver direito.

§ 1º - A acumulação de férias só se dará nos casos previstos na legislação vigente, sendo vedado a omissão do nome do servidor na escala.

§ 2º - Fica autorizada a Secretaria de Pessoal a proceder, na escala, a inclusão do nome dos servidores, marcando o período de utilização de férias, que, sem nenhuma justificativa do superior imediato, não incluíram o período de fruição.

Artigo 4º - A alteração do período de utilização de férias só poderá ocorrer uma única vez, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data que se pretende a utilização ou que esta marcada, conforme se traté de antecipação ou adiamento, respectivamente, e após o ouvido do superior imediato do requerente que justificará o pedido.

§ 1º - O servidor que manifestou na escala de férias o desejo de receber a antecipação de 50% da Gratificação Natalina e/ou converter 1/3 das férias em abono pecuniário, ou, ainda, teve deferido através de requerimento uma, ou ambas, as concessões, não poderá ter o período de utilização de suas férias alterado.

§ 2º - A concessão de férias obedecerá os requisitos estabelecidos no "caput" deste artigo.

Artigo 5º - A interrupção ou suspensão de férias só poderá ocorrer por imperiosa necessidade de serviço e a requerimento do superior imediato do servidor, que justificará o pedido.

§ 1º - O pedido de interrupção ou suspensão de férias será dirigido ao Presidente do Tribunal que, acolhendo, determinará a expedição do competente Ato.

§ 2º - O saldo remanescente das férias interrompidas e a concessão de férias suspensas, se dará nos mesmos moldes que gerou a interrupção ou suspensão.

§ 3º - A suspensão de férias, só poderá ocorrer se o servidor não tiver iniciado a utilização de férias e após efetuar a devolução da quantia percebida a este título , caso já a tenha recebido.

Artigo 6º - Para o servidor com férias marcadas e for removido, fica mantido a data já aprazada, salvo se seu novo Diretor quiser suspendê-las. Nesta hipótese deve ser observado o procedimento adotado no artigo 5º desta resolução.

DA CONVERSÃO DE FÉRIAS EM ABONO E ADIANTAMENTO DE 50% DA

GRATIFICAÇÃO

Artigo 7º - A conversão de 1/3 das férias em pecúnia e a antecipação de 50% da Gratificação Natalina obedecerá aos seguintes requisitos:

I - Quanto aos servidores pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal ou exercente de cargos comissionados:

a) é facultado optar pela conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário e/ou percepção de 50% da Gratificação Natalina ao ensejo das mesmas, quando da elaboração da escala de férias ou requerê-los dentro dos prazos legais.

b) a conversão de 1/3 em pecúnia será considerado sempre o final de cada período, devendo nesse caso, o servidor retornar as atividades 10 dias antes do término previsto para cada férias.

II - Quanto aos servidores requisitados de outros órgãos públicos que exerçam encargo de gabinete ou função gratificada:

a) só poderá ocorrer a conversão de férias em pecúnia através de requerimento instruído com documento emitido pelo órgão de origem, comprovando que a conversão foi concedida ao servidor nos termos da legislação que o rege.

b) é facultado optar pela percepção de 50% da Gratificação Natalina ao ensejo das férias, quando da elaboração da escala, ou requerer em época própria.

Artigo 8º - Será efetuado, de forma automática, a título de adiantamento, o pagamento de 50% da Gratificação Natalina no mês de junho de cada ano.

§ 1º - A requerimento do servidor, ou tendo este manifestado a opção de que trata o artigo anterior, será pago o adiantamento de 50% da Gratificação Natalina ao ensejo das férias iniciadas até o mês de maio sem prejuízo do disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Por ocasião do pagamento da Gratificação Natalina no mês de junho, far-se-á o ajuste do valor anteriormente pago em razão das férias.

Artigo 9º - As férias marcadas e não gozadas sem nenhuma justificativa em tempo hábil, serão consideradas como utilizadas, não podendo o servidor gozar das mesmas posteriormente.

Parágrafo único - Será responsabilizado administrativamente o dirigente da unidade ou órgão a que estiver vinculado o servidor pela não observância do disposto no "caput" deste

artigo.

Artigo 10º - Para fins desta regulamentação consideram-se:

I - Férias suspensas: aquelas cujo período de utilização não tenha se iniciado;

II - Férias interrompidas: aquelas que já estavam em fruição;

§ 1º - Na hipótese do servidor receber os títulos pecuniários relativos as férias suspensas, será obrigado a devolvê-los imediatamente e de uma só vez.

§ 2º - No caso de receber os títulos pecuniários relativos as férias interrompidas, nenhuma diferença lhe será paga quando retornar ao seu gozo.

Artigo 11º - Estando o servidor com saldo de férias interrompidas ou suspensas, deverá gozá-las antes dos períodos posteriores a que fizer "jus", vedando-se acumulação por mais de 2 (dois) períodos, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

Artigo 12º - O valor da remuneração das férias terá por base de cálculo o vencimento do mês em que se iniciou as férias.

Parágrafo Único - caso haja aumento de vencimentos no mês seguinte àquele que as férias foram iniciadas, os dias de gozo ou de conversão que adentrarem nesse mês, serão pagos com base no novo salário.

Artigo 13º - os servidores com férias previstas para início até o vigésimo terceiro dia do mês, terão a remuneração dessas implantadas nas folhas de pagamento do mês anterior ao respectivo período.

§ 1º - O "caput" deste artigo não se aplica quando as férias se iniciarem no mês de janeiro, caso em que não houvera antecipação.

§ 2º - Sendo as férias previstas para início a partir do vigésimo quarto dia em diante, sua remuneração será paga normalmente no mês correspondente ao seu início.

Art 14º - O valor pago a título de adiantamento de férias será descontado em até 06 (seis) parcelas mensais iguais, no limite do respectivo exercício financeiro, efetuando-se o primeiro desconto no pagamento do mês subsequente do início de fruição do período de férias.

§ 1º - O disposto no "caput" deste artigo aplica-se aos Juízes Classistas, observando-se, para tanto, o limite do respectivo mandato.

§ 2º - Não se aplicam aos servidores que prestam serviços neste Regional, na condição de requisitados ou exercentes de cargos comissionados, sem emprego efetivo neste Tribunal,

as disposições deste artigo.

Artigo 15º - Os servidores afastados para desempenho de mandato Classista ou para exercer mandato eletivo com opção de vencimentos por este Tribunal, deverão, no prazo estabelecido no artigo 3º deste regulamento, comunicar o período de utilização de suas férias.

Artigo 16º - Os servidores requisitados, não exercentes de cargos comissionados, não poderão utilizar mais de 01 (um) período de férias por ano, salvo na hipótese do disposto no § 2º do artigo 1º deste regulamento.

Artigo 17º - O presente regulamento aplica-se aos Magistrados e Juizes Classistas desta Região, nas partes em que não colidirem com as Resoluções Administrativas nºs 061/91 e 155/91.

Artigo 18º - Revogam-se as partes concernentes a servidores da R.A - 061/91 e 155/91 e demais disposições contrárias.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Sala de Sessões, 10 de dezembro de 1992

SEVERINO MARCONDES MEIRA

Juiz Vice-Presidente no Exercício

da Presidência